

OS DISCURSOS DE PERIÓDICOS SOBRE O PLEBISCITO NO PARÁ, EM 2011 E O REFERENDO NA CATALUNYA, EM 2017

Evelyn Cristina Ferreira de Aquino

Universidade do Minho, Braga, Portugal

evycristina@yahoo.com.br

O Pará foi o pioneiro a ser contemplado com plebiscito sobre novos estados. A Catalunya já experimentou alguns referendos acerca da sua separação do território espanhol para constituir um Estado independente. Neste paper compreendemos como foram apresentados e quais os discursos dos jornais *O Liberal* e *Diário do Pará* sobre o Plebiscito no Pará, em 2011 e dos periódicos *El Mundo* e *La Vanguardia* em relação ao Referendo de Independência da Catalunya, em 2017. Utilizamos o modelo investigativo de análise crítica do discurso (ACD) referenciado por van Dijk (2005) para observar as relações de poder inseridas no contexto de disputas discursivas midiáticas. Constatamos que os jornais paraenses se opuseram ao surgimento dos estados do Carajás e do Tapajós. Por sua vez, os diários *El Mundo* e *La Vanguardia* polarizaram o debate, defendendo posicionamentos antagônicos.

Palavras-chave: Plebiscito no Pará; Referendo na Catalunya; Discursos.

INTRODUÇÃO

O Pará foi o único Estado a experimentar uma consulta pública sobre a temática de formação de novos estados. O plebiscito aconteceu no dia 11 de dezembro de 2011. Os eleitores responderam a duas perguntas: “Você é a favor da divisão do Estado do Pará para a criação do Estado do Carajás?” e “Você é a favor da divisão do Estado do Pará para a criação do Estado de Tapajós?”. As respostas possíveis foram Sim ou Não.

O Pará a segunda maior unidade federativa do país em extensão territorial, com 1.247.954,320 km²; atrás, apenas, do vizinho Amazonas¹. Com população estimada em 8.073.924 habitantes, distribuídos em 144 municípios. Pela proposta de divisão votada, o Pará permaneceria com 78 municípios, os outros dois estados a serem constituídos seriam o Carajás, com 39 municípios e o Tapajós, abrangendo 27 outras cidades.

Do total de 4.848.495 eleitores aptos à consulta, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) registrou 3.601.849 (74,29%) votos e 1.246.646 (25,71%) abstenções. O resultado foi contrário ao surgimento dos estados. Foram 2.363.561 (66,6%) que não quiseram a criação do Estado de Carajás, contra 1.185.546 (33,4%), favorável. Para o Estado de Tapajós: 2.344.654 (66,8%) votaram pela manutenção da atual configuração do Estado do Pará, enquanto 1.203.574 (33,92%) elegeram a criação do Tapajós.

Em 1º de outubro de 2017, a população residente na Comunidade Autônoma da Catalunya opinou no referendo de Independência da região, conhecido como 1-O, sobre a seguinte questão: “Quer que a Catalunya seja um Estado independente em forma de república?”. De autoria do Governo Regional da Catalunya, o referendo é mais uma iniciativa que faz parte de um longo processo histórico de tentativa de autodeterminação da região com anseios de emancipação do restante do território espanhol.

Apesar dos esforços do governo central da Espanha de inviabilizar a votação e o seu resultado por declarar inconstitucional qualquer tentativa de decisão sobre a independência de regiões sob sua tutela, sem prévio consentimento, o resultado do referendo foi favorável à emancipação da Catalunya. No total, 2.286 milhões de pessoas compareceu no pleito, a participação foi de 43,03% dos eleitores registrados. O Sim à independência venceu com 2.044 (90,18%) milhões de votos, o Não obteve 177.547 (7,83%), das decisões, os votos em branco somaram 44.913 e os nulos 19.719.

Consoante à dissertação de mestrado de Aquino (2015) que estudou as estratégias discursivas nas campanhas televisivas do plebiscito de divisão do Estado do Pará no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, delimitou-se como problema/tema deste artigo: *como foram apresentados e quais os discursos² dos jornais O Liberal e*

¹ Com 62 municípios, o Amazonas dispõe de 1.559.148,890 km² em extensão territorial (Ibge, s.d.).

² Seguindo as proposições de van Dijk (2005, p. 55), discurso é entendido neste trabalho como "evento comunicativo, que ocorre numa situação social, contendo uma localização espacial, temporal, participantes em diferentes papéis, acções, dentre outros".

Diário do Pará acerca do plebiscito no Pará, em 2011 e do *El Mundo* e *La Vanguardia*, sobre o referendo de independência da Catalunya, em 2017?³ A escolha dos jornais se deve ao fato de serem grandes periódicos paraenses e espanhóis que falam a partir de um determinado lugar com ideologias opostas sobre a emergência do Estado do Pará e da Catalunya, respectivamente. Os principais objetivos da análise são:

1. Contextualizar o processo histórico de busca de independência no Pará e na Catalunya que culminou com os projetos votados no plebiscito de 2011 e no referendo de 2017, respectivamente;
2. Explicar as particularidades dos jornais pesquisados e das práticas jornalísticas para a construção social de sentidos exercidas no campo político;
3. Discutir a abordagem teórico-metodológica desenhada aos contextos das notícias selecionadas para compreender parte visível de um processo histórico complexo;
4. Analisar e articular as matérias jornalísticas selecionadas e as relações de poder nelas exercidas a partir das diferenças sociais, políticas e geográficas dos dois processos eleitorais.

O método de investigação utilizado é a análise crítica do discurso (ACD) aos moldes do modelo teórico-metodológico proposto por Teun A. van Dijk (2005). O autor orienta a uma análise crítica, sociocognitiva - relação entre texto e contexto - e multidisciplinar - dialoga com diferentes Campos de conhecimento -, através da adoção de problemáticas, objetos e valores que colaborem para uma melhor compreensão das interfaces de discursos, poderes e ideologias. O posicionamento epistemológico de van Dijk é de observação a partir do viés das minorias, em busca de construções científicas de transformação emancipatória e de redução das desigualdades sociais.

O artigo está dividido em quatro partes, além desta introdução. Na primeira, contextualizamos a trajetória histórico-política das pretensões autonomistas do Pará e da Catalunya. No seguimento, apresentamos a opção metodológica do trabalho, tomando como mapa analítico as disputas e construções discursivas no âmbito da comunicação

³ Respeitando as diferenças legislativas de cada país, no site do TSE, plebiscito e referendo, estão definidos como "consulta ao povo para decidir sobre matéria de relevância para a nação em questões de natureza constitucional, legislativa ou administrativa". A diferença entre eles, em relação à "criação do ato legislativo ou administrativo que trate do assunto em pauta", está que o plebiscito é convocado anteriormente à criação, enquanto que o referendo é realizado após, apresentando à população as opções de confirmar ou recusar a proposta (Tribunal Superior Eleitoral, s.d.).

mediática dos periódicos. Na terceira parte, analisamos as capas dos jornais selecionados do dia 11 de dezembro de 2011 e de 2 de outubro de 2017. Tal decisão se deve ao fato de apresentar maior riqueza de dados sobre os acontecimentos. Na última parte sintetizamos a discussão a guisa de considerações finais.

Trajetória histórica e política dos anseios emancipacionistas

O plebiscito para a criação dos estados do Carajás e do Tapajós, em 2011

As propostas de organização do território amazônico, sobretudo, da região que hoje constitui o Estado do Pará, desde o poder colonial até a Independência do Brasil, sempre enfrentaram governos centralizadores. As subdivisões foram objeto de controle e criação de núcleos de defesa às investidas externas, não se convertendo em planejamento em longo prazo para ajustar as fronteiras político-administrativas. As decisões ocorreram para atender à urgência das demandas momentâneas e os discursos produzidos sobre a configuração regional sempre oscilaram entre o discurso da unidade territorial e o da urgência histórica de uma reestruturação geopolítica para o desenvolvimento de seus estados e municípios (Dutra, 1999, p. 75).

As propostas de emancipação da região do Tapajós transbordaram na década de 1950, com destaque para o surgimento do conceito de *Oeste* paraense e das articulações do movimento pela criação do Estado do Tapajós (Dutra, 1999, p. 25). A justificativa dos grupos que defendem a sua criação é pelas particularidades locais em relação ao restante do Pará. As proposições externas de criação do Estado apareceram com frequência na história da busca de autonomia dessa região, inclusive com a anuência dos grupos locais (Dutra, 1999, p. 26-27).

Em relação à criação do Carajás, os anseios de emancipação já permeavam as ideias de comerciantes, no começo do século XX, que exigiram do governo do Pará independência política em Marabá. Como suas reivindicações não foram atendidas, encaminharam uma petição ao Congresso Nacional pedindo que Marabá ficasse, por questão de afinidade, sob responsabilidade administrativa de Goiás ou que se criasse um novo Estado cuja cidade fosse a capital (Wood; Schmink, 2012).

Dutra (1999, p. 77) identifica semelhanças entre os discursos parlamentares culturalistas, políticos, demográficos e econômicos da época de 1840, para a criação ou

não da Província do Amazonas, e os discursos que circularam no Congresso Nacional, sobre o assunto da divisão do Pará, para o do plebiscito de 2011. O conceito de identidade forjado no que concerne à divisão do Pará é uma construção discursiva política de elites para conquistar a solidariedade da população. A identidade é "algo elaborado conscientemente por aqueles grupos que impõem sua própria voz como sendo a voz da *região* que eles concebem de acordo com sua particular visão de mundo" (Dutra, 1999, p. 113).

A identidade paraense é formada por intensos processos migratórios ocorridos no Estado (Souza, 2014, p. 6). Além disso, um dos fortes argumentos separatistas são os índices demográficos: apenas 21,53% da população do Estado é de origem paraense. A maioria, 78,47%, está dividida em "maranhenses (20,63%), mineiros (9,98%), rio-grandenses do sul (6,31%), tocantinenses (6,08%), paulistas (5,23%), baianos (4,50%) e goianos (4,36%)" (Souza, 2014, p. 9). Conta-se, ainda, com pessoas de outros Estados representativos desse percentual.

O referendo de independência da Catalunya 1-0, em 2017

A Europa é um continente cujos países são inerentemente portadores de múltiplas nacionalidades com diversidades étnico-culturais e significativo nível de autogestão e ordenamento. Contudo, enquanto alguns países deste imenso território convivem harmonicamente com suas diferenças, outros se lançam em embates políticos-históricos que reclamam a separação de seus territórios da área de origem em busca do fortalecimento da coesão social de suas comunidades. A Espanha é um exemplo da expansão de movimentos políticos autonomistas que se deflagraram em algumas Comunidades Autônomas como a Galiza, Navarra, País Basco e a Catalunya (Pena, 2017). Sendo esta última o local onde concentra-se este estudo, pela grande notoriedade midiática internacional que seu projeto separatista recebeu nos últimos tempos.

A Catalunya está situada no nordeste do território espanhol e possui 7,5 milhões de habitantes. *Generalitat* é o nome do seu governo regional, liderado desde 2016 por Carles Puigdemont, jornalista de 54 anos e militante da causa autonomista. A Comunidade Autônoma possui órgãos próprios, como a polícia, denominada *Mossos d'Esquadra* e a Suprema Corte (Gauchazh Mundo, 2017). A região possui traços culturais centrais, como a

língua catalã. Apesar do vínculo político com a capital espanhola, Madri, esta região experimentou notáveis desenvolvimentos industriais e econômicos ao longo do século XII, além da ascensão do movimento intelectual Renascentista no século XIX, que esteve na matriz da luta pela emancipação da Catalunya, com princípios de valorização da identidade cultural e resgate do idioma catalão (Pena, 2017).

Em 1932, os catalães obtiveram breve vitória em seus objetivos com a aprovação, reconhecida por Madri, do estatuto catalão que garantiu a formação de um governo autônomo e a proclamação da República Catalã. Contudo, o período ditatorial de Francisco Franco (1939-1977) que veio logo a seguir, foi marcado por perseguição aos movimentos de emergência de estados nacionais proibindo até mesmo o emprego do idioma catalão (Pena, 2017).

Após o período de exceção Franquista, com o sentimento de liberdade catalão ainda mais a florado, o Estado da Catalunya e a língua catalã foram mais uma vez reconhecidos, esta, inclusive, como um dos idiomas oficiais da Espanha⁴. Trata-se do surgimento das Comunidades Autônomas da Espanha⁵, reconhecidas constitucionalmente e com estatutos próprios, capazes de eleger seus respectivos representantes e munidas de autonomia legislativa e executiva. No entanto, é uma soberania com limites em relação ao poder do Estado, especialmente no que tange aos aspectos econômico e fiscal, que não satisfaz o desejo latente pró-independência catalã frente à tutela hispânica (Pena, 2017).

A questão da imigração também é bastante delicada para a discussão da independência da Catalunya. No período entre 1950 e 1970, a região recebeu mais de um milhão de imigrantes oriundos de várias regiões espanholas com particularidades identitárias distintas e de difícil conciliação entre si, e mais ainda com o Estado espanhol. A heterogeneidade demográfica chega a apresentar um terço da população sendo originária de outras localidades do país o que dificulta o diálogo e integração do sentimento catalão (González; Añez, 2011). Essas problemáticas constituem forte apelo e justificativas do governo regional catalão para separar-se da Espanha nos espectros

⁴ Além do espanhol ou castelhano e do catalão, os outros idiomas oficiais na Espanha são o valenciano, o galego, o basco e o aranês.

⁵ A Espanha possui 17 Comunidades Autônomas, são elas: Andaluzia, Aragão, Astúrias, Baleares, País Basco, Ilhas Canárias, Cantábria, Catalunha, Castela-Mancha, Castela e Leão, Extremadura, Galiza, La Rioja, Comunidade Autônoma de Madrid, Região de Múrcia, Navarra e Comunidade Valenciana.

político e econômico.

Além do pleito de 2017, podemos citar, de acordo com o artigo *Catalunya: maioria esmagadora vota a favor da independência da região, mas participação diminui*, do periódico Correio do Minho (2010), os referendos de dezembro de 2009; fevereiro de 2010; abril de 2010 e abril de 2011. Apesar de em todos os pleitos o resultado ter sido favorável à independência da região, a participação popular vem diminuindo a cada votação e a população apta a votar não corresponde à maioria.

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: UM RECORTE METODOLÓGICO

Este paper centra-se nos textos noticiosos, práticas e discursos jornalísticos apreendidos nos jornais. Como afirma van Dijk (2005, p. 14), as notícias possuem "o discurso através do qual nós adquirimos a maior parte do que sabemos sobre o mundo para além das nossas experiências pessoais, e através do qual muitas das nossas opiniões sociais e atitudes são formadas". O modelo analítico que nos serve como parâmetro é a análise crítica do discurso (ACD), assim definida por van Dijk (2005):

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é um tipo de investigação de análise do discurso que estuda, em primeiro lugar, o modo como o abuso do poder social, a dominância e a desigualdade são postos em prática, e igualmente o modo como são reproduzidos e o modo como se lhes resiste, pelo texto e pela fala, no contexto social e político. Com esta investigação dissidente, os analistas críticos do discurso tomam uma posição explícita e querem desta forma compreender, expor e, em última análise, resistir à desigualdade social (Van Dijk, 2005, p. 19).

O autor compreende a ACD como inserida nos Estudos Críticos do Discurso (EDC), tendo como justificativa não apenas uma abordagem analítica, mas de contribuição teórica e aplicativa. No nível micro analítico, os empregos da linguagem, discurso e comunicação expandem-se para a dimensão macro, composta pelas relações de poder, dominação e desigualdade, que exigem uma reflexividade nos âmbitos discursivo, social, político e cognitivo, para compreender as representações sociais.

Outro conceito caro ao teórico e que precisa ser cuidadosamente observado é o de ideologia: "É desta forma que os cidadãos se identificam, comunicam e actuam como membros de grupos. É deste modo que as atitudes sociais são formuladas e difundidas na sociedade; é fundamentalmente desta forma que o poder e a dominação são hoje exercidos" (Van Dijk, 2005, p. 15). As ideologias existem em todas as situações e

expressões comunicacionais, como nas notícias da imprensa e no discurso político, assim, é fundamental perceber seus modos de reprodução.

Consultas públicas sobre temáticas nacionalistas tornam-se mais presentes nas pautas midiáticas pelas consequências de grande impacto que trazem à vida das pessoas, portanto, são importantes instrumentos fomentadores da deliberação pública e da democracia. Segundo Castells (2018, p. 12) a democracia é constituída por meio de relações sociais de poder de forma mais ou menos adaptativa ao desenvolvimento destas, mas que acabam por se concentrar mais em alguns âmbitos institucionais. Desta forma “não se pode afirmar que ela é representativa, a menos que os cidadãos pensem que estão sendo representados. Porque a força e a estabilidade das instituições dependem de sua vigência na mente das pessoas” (Castells, 2018, p. 12).

Caso haja um afastamento entre as expectativas e convicções das pessoas em relação ao comportamento e ações de seus representantes ocorre o que o sociólogo chama de “crise de legitimidade política”, ou seja, o famoso jargão que ganhou força nos últimos tempos: *eles não nos representam*. Crise que poderia ser resolvida na democracia liberal por meio da realização frequente de sufrágios diretos, com opções ideológicas plurais, mas que acaba por se perpetuar em agremiações partidárias já cristalizadas no exercício institucional e que não abrem mão de manter a concentração de poder limitada a alguns grupos cujos interesses particulares estão acima do interesse coletivo e que assim, se burocratizam, se corrompem e se afastam da vontade popular.

Essa crise democrática apontada por Castells (2018, p. 84) vai de encontro ao sentimento de nacionalismo na Europa, e podemos trazê-la, com suas devidas ressalvas, para a compreensão do separatismo no Pará. Alguns fatores são cruciais para compreensão do conceito de nacionalismo. Um dos principais é a identidade, o sentimento de pertencimento que só é válido enquanto há vantagens, mas não quando envolve despesas para resolver o problema de outras regiões. A identidade só é auto instituída pela exclusão do outro ou pela partilha de uma “identidade-projeto” (Castells, 2018, p. 85), ou seja, anseios de dividir um projeto comum que está acima das diferenças. Some-se a isso o grande fluxo migratório descontrolado que trouxe impactos xenofóbicos para as diferentes regiões que partilham um mesmo território.

Contudo, a crise de legitimidade não atinge só governos, mas também causas. O jornalista Bruno Lopes (2017) explica que ainda falta legitimidade democrática à

independência da Catalunya dentro desta comunidade local, pois apenas 40% dos eleitores decidiram pelo Sim à república, o que está longe de representar a maioria da população como querem os políticos autonomistas que tentam acionar o nacionalismo popular contra a crise econômica cuja responsabilidade é atribuída ao governo espanhol, além da importância dada ao vínculo cultural, identitário e à demanda de maior liberdade política e econômica para a Catalunya.

Em resumo, Petit (2003) elucida nossa tentativa de compreensão dos eventos aqui apresentados, falando mais especificamente sobre os discursos de criação dos estados do Carajás e do Tapajós.

Um dos fenômenos que poderia ser considerado contraditório do processo de *globalização*, é o surgimento ou ressurgimento em diferentes partes do mundo de movimentos regionalistas e nacionalistas. Contraditório no *sensu comum* que interpreta a *globalização* como um fenômeno caracterizado pelo incremento da interdependência entre os diferentes países, provocando, assim, a diminuição das diferenças econômicas e culturais entre eles, e enfraquecendo o papel dos respectivos Estados, por exemplo, em sua capacidade de planejar ou gerir suas respectivas economias nacionais. Porém, reiterando que “Nação” e “Região” não são entidades imutáveis, embora se criem e recriem, nos “tempos de globalização”, é possível observar em diferentes partes do mundo como determinados atores sociais, grupos e instituições constroem discursos e promovem ações dirigidas a criar ou recriar novas – ou velhas – identidades, baseadas, em geral, num território específico, sendo a delimitação de fronteiras também motivo de disputa (Petit, 2003, p. 299).

Entendemos que comparar os dois projetos autonomistas implica considerar variáveis que se aproximam, mas também se afastam no que tange aos sistemas político-eleitorais, fatores econômicos, socioculturais, sobretudo a questão territorial que é própria dos plebiscitos e referendos. O referendo da Catalunya é resultado de vários outros pleitos que vêm ganhando espaço nos últimos anos para criação de uma República catalã, cujo sufrágio foi facultativo e realizado apenas na região autônoma da Catalunya. O plebiscito no Pará, por sua vez, inaugurou a consulta pública de criação de novas unidades federativas brasileiras, com obrigatoriedade de voto em todo o Estado.

A questão cultural é outro fator importante que toca os dois pleitos, pois se para a Catalunya a luta de autoafirmação de sua língua e valores é histórica, no Pará, os imigrantes buscam maior autonomia para sua identidade enquanto paraenses naturalizados que aqui encontraram e contribuíram para a constituição do espaço social, além de particularidades locais que não dialogam com as características de outras regiões.

Há ainda a disputa econômica de regiões autonomistas que se sentem autossuficientes e mais pujantes economicamente e os polos centralizadores, acusados de serem controladores dos recursos provenientes dessas regiões e inábeis na sua distribuição de forma coerente.

AS DISPUTAS INDEPENDENTISTAS NOS JORNAIS PARAENSES E ESPANHÓIS

Propomos, aqui, um estudo comparativo através da recolha de quatro manchetes de capa dos jornais *O Liberal* e *Diário do Pará*, data de 11 de dezembro de 2011 e *El Mundo* e *La Vanguardia*, do dia 2 de outubro de 2017, para demonstrar e analisar as estratégias jornalísticas para a construção social de sentidos; as relações de disputa de poder e ideologias na construção de discursos antagônicos sobre o plebiscito para a divisão do Pará e o referendo de independência da Catalunya.

O LIBERAL

O Liberal foi fundado em 15 de novembro de 1946. O oligopólio das Organizações Romulo Maiorana (ORM) agrega emissora de TV aberta (afiliada à Rede Globo), além de emissoras de rádio AM e FM, TV a cabo e portal de notícias (Castro, 2014). Uma empresa que exerce grande influência social em suas relações políticas.

Em 11 de dezembro de 2011, a capa do jornal *O Liberal* destacou a consulta pública a qual os eleitores paraenses foram submetidos. Em vez das perguntas “Você é a favor da divisão do Estado do Pará para a criação do Estado do Carajás?” e/ou “Você é a favor da divisão do Estado do Pará para a criação do Estado de Tapajós?”, *O Liberal* colocou em circulação as perguntas: “este” ou “isto”? Às duas perguntas, foram associados, respectivamente, a bandeira do Pará como símbolo do Estado, revestindo o próprio mapa da unidade administrativa; e os territórios do Pará, de Carajás e de Tapajós divididos, sem conexão alguma. O título e a chamada destacaram a quantidade de eleitores que iriam às urnas se manifestar, bem como a quantidade de seções eleitorais em funcionamento e o horário de votação. *O Liberal* exaltou a importância histórica da consulta pública e expôs o custo da eleição para os cofres públicos. A seguir, a capa do diário estudada na Figura 1:

Figura 1 - Capa do Jornal *O Liberal*, do dia 11 de dezembro de 2011

Hoje, 4,8 milhões decidem sobre a divisão do Estado

Em todo o Pará, vão funcionar 14.281 seções eleitorais, das 8h às 17h

Pela primeira vez na história, a população paraense vai às urnas decidir sobre a divisão do seu território, visando à criação dos estados de Carajás e do Tapajós. Segundo o TRE, a eleição vai custar R\$ 13,5 milhões. **Poder, 1 a 8.**



Fonte: *O Liberal* digital

O pronome demonstrativo “este” define de quem se fala, do Pará; revela proximidade e conhecimento do leitor em relação ao Estado. Já o “isto” foi utilizado de forma depreciativa e indica desprezo e reprovação pelo que se apresenta: os dois novos estados. Carajás e Tapajós também poderiam ser apresentados por “estes”, mas a narrativa do jornal enfatiza não a possível existência dos estados, mas a transformação do mapa, que, de inteiro, divide-se em três partes. As ideias de divisão, de quebra e de cisão são facilmente recuperadas pela inteligibilidade humana. *O Liberal* evidenciou o desprezo pela criação dos novos estados quando optou pelo pronome demonstrativo “isto” para simbolizar a divisão do Pará.

O Liberal tem proximidade histórica aos governos do PSDB e, portanto, defende a aliança política com o governador Simão Jatene. O tucano prometeu, *a priori*, uma atitude de distanciamento em relação ao plebiscito, contudo, no decorrer do tempo, se posicionou contrário aos novos estados, incentivando forças e agentes políticos a se

engajarem na luta contra a divisão. Durante a campanha plebiscitária, o governador viu-se dividido entre os aliados que davam sustentação ao seu governo, pois uma parte do PSDB era favorável à divisão e outra, contrária. No jogo político, o governador teve ao seu lado o apoio do líder da Frente contra a criação de Carajás, Zenaldo Coutinho – que foi deputado federal de 1999 a 2012 e atuou nos bastidores da Câmara Federal para inviabilizar a realização do plebiscito. Após o quarto mandato como deputado, foi convidado por Jatene para dirigir a Casa Civil, o que lhe garantiu aproximação do governo estadual como interlocutor político e, possivelmente, seu direcionamento à liderança de uma das frentes de oposição à divisão (Bramatti, 2011).

O contexto é fundamental para a compreensão das notícias e é ele que, a partir do texto, pode influenciar os direcionamentos das relações de poder, pois é o modo como os produtores da comunicação assimilam os aspectos do evento em questão nos seus "modelos contextuais mentais" (Van Dijk, 2005, p. 48) que vai influenciar o texto. Tais modelos correspondem às representações mentais que atuam nas propriedades do discurso, pois para entender este é preciso criar um modelo. Van Dijk (2005, p. 24) define contexto como "estrutura mentalmente representada das propriedades da situação social que são relevantes para a produção e compreensão do discurso". Acrescenta que os discursos apenas dão a ver parcelas do conhecimento, sendo a grande parte pressuposta como saber coletivo partilhado culturalmente e fundamental para apreender as notícias de forma mais ampla e reflexiva.

DIÁRIO DO PARÁ

O *Diário do Pará*, ligado à Rede Brasil Amazônia (RBA) - empresa detentora de canal de TV aberto (afiliada à Rede Band) e emissoras de rádio AM e FM -, foi fundado em 22 de agosto de 1982 por Jader Barbalho como jornal familiar para servir de plataforma de divulgação da trajetória e interesses do político. Para destacar a consulta pública, o periódico utilizou a bandeira do Estado do Pará puxada por diferentes mãos. As mãos não esticam a bandeira em sinal de exibição, mas disputam-na, já que ela é puxada por diferentes pessoas em sentidos opostos. Segue a capa do jornal na Figura 2:

Figura 2 - Capa do Jornal *Diário do Pará*, do dia 11 de dezembro de 2011



Fonte: *Diário do Pará*, versão eletrônica

A estrela, ao centro da bandeira, que representa a estrela solitária presente na bandeira brasileira – simbolizando a união do Estado com a Nação – teve sua cor original, azul, alterada para a cor preta. O que nos possibilita inferir uma quebra em seu significado histórico-simbólico de união e de sua própria constituição enquanto unidade federativa. A ideia é reforçada pelo fato da conjunção “ou” e do ponto de interrogação estarem, da mesma forma, na cor preta. Permite, ainda, inferir que a cor represente o luto pela possibilidade de fragmentação do Pará. Da mesma forma que *O Liberal*, o *Diário do Pará* lançou duas perguntas: Sim ou Não – resultado das estratégias de campanha utilizadas pelas frentes unificadas (Mendonça; Cal, 12, p. 112). O discurso revela, portanto, que Carajás ou Tapajós não poderiam ser criados de forma isolada, mas somente juntos – desconsiderando as particularidades de cada território.

Sim foi grafado em verde, cor utilizada no material das frentes pró-estados⁶.

⁶ O Tribunal Superior Eleitoral autorizou o registro das frentes favoráveis e contrárias ao surgimento dos novos estados, compostas por políticos da Assembleia Legislativa, Senado e Câmara dos Deputados que tiveram a incumbência de organizar e promover as campanhas do plebiscito. As Frentes registradas no

A mesma cor predomina no Brasão e na Bandeira de Marabá. O Não, ligeiramente maior que o Sim, foi grafado na cor azul da estrela presente na bandeira do Pará. O azul transplantado da estrela para a palavra faz com que esta assuma a responsabilidade decisiva e imperativa em relação ao direcionamento do Estado com sua feição atual.

No canto inferior direito da imagem, um pequeno texto enunciou a importância histórica da consulta pública para a população paraense, acontecimento destacado com orgulho pelo ineditismo, mas que demandava compreensão por parte da população que não o conhecia, pois se tratava de algo ainda não construído em seu meio. A população precisava se preparar para o plebiscito, para a exigência de grande responsabilidade na hora de decidir a futura configuração do Estado: “se o Pará continua um só ou se será dividido em mais duas unidades federativas – Carajás e Tapajós”.

A palavra divisão carrega um peso negativo que pode ser assimilado pelo leitor, pois traz em si a ideia de fragmentação, de quebra, de ruptura e, conseqüentemente, de perda. Se, por outro lado, os termos empregados pelo *Diário do Pará* fossem os mesmos utilizados nas campanhas que defenderam a criação dos estados de Carajás e de Tapajós – emancipação e autonomia, por exemplo –, bem como Carajás e Tapajós aparecessem no texto, próximos à palavra criação, outro fluxo de sentido poderia ser dado à questão, mais favorável aos projetos dos estados.

O posicionamento do jornal se justifica pelo fato de que, nas três pesquisas de opinião realizadas sobre o plebiscito no Pará, nos dias 11 e 25 de novembro e 9 de dezembro de 2011, o Não apresentou larga vantagem à frente do Sim, tendo em vista que 2/3 dos eleitores do Estado estão localizados em Belém e, desse número, mais de 90% declararam ser contra a criação dos estados (Pinto, 2012, p. 11). Fator importante para que o jornal não contrariasse o desejo da população da capital.

EL MUNDO

Nascido em 1989, o *El Mundo del Siglo*, chamado apenas de *El Mundo* é considerado um dos maiores e mais influentes jornais da Espanha. Com sede em Madri,

Tribunal Regional Eleitoral do Pará foram: Frente contra a criação do Estado do Tapajós, presidida pelo deputado estadual Celso Sabino; Frente contra a criação do Estado do Carajás, liderada pelo deputado federal Zenaldo Coutinho; Frente pró-criação do Estado do Tapajós, organizada pelo deputado federal Lira Maia e Frente pró-criação do Estado do Carajás, de responsabilidade do deputado estadual João Salame (Tribunal Superior Eleitoral, s.d.).

possui circulação nacional, mas investe em edições regionais e locais. A linha editorial do periódico se define como liberal, com traços conservadores em relação à política e crítico das negociações do governo com grupos nacionalistas periféricos. Segue a capa do jornal analisada na Figura 3.

Figura 3 - Capa do Jornal *El Mundo*, do dia 2 de outubro de 2017

ESCRIBEN: FERRAN CABALLERO, BERTA GONZÁLEZ DE VEGA, LUCÍA MÉNDEZ, RAFA LATORRE, RAÚL CONDE, CAYETANA ÁLVAREZ DE TOLEDO, ARCADI ESPADA, ANTONIO LUCAS, FEDERICO JIMÉNEZ LOSANTOS, SANTIAGO GONZÁLEZ, JOSÉ MANUEL GARCÍA-MARGALLO, JOSÉ GARCÍA DOMÍNGUEZ Y RAÚL DEL POZO

EL MUNDO

LUNES 2 DE OCTUBRE DE 2017
AÑO XXVII. NÚMERO: 10.145.
EDICIÓN MADRID.
PRECIO: 1,50 €

• Nosotros mismos somos nuestro peor enemigo. Nada puede destruir la humanidad, excepto la humanidad misma (Pierre Teilhard de Chardin) •

Puigdemont proclamará la independencia «en días»

El fracaso del referéndum ilegal deriva en una rebelión abierta por parte de los separatistas ► El 'president' se escuda en las cargas policiales para pedir el respaldo de la Unión Europea a la secesión unilateral POR DANIEL G. SASTRE / PÁGINAS 4 Y 5

Rajoy ofrece diálogo a todos los partidos «sin cerrar puertas»

Sánchez reafirma su apoyo al Estado de derecho y rechaza la oferta de Podemos para echar al presidente

MARISSA CRUZ MADRID
El presidente del Gobierno dijo ayer por fracasado el intento de la Generalitat de celebrar un referéndum y anunció su decisión de convocar a todas las fuerzas parlamentarias para emprender desde hoy una reflexión sobre el futuro. Un diálogo, aseguró, dentro de la ley pero «sin cerrar puertas».

El Govern viola hasta su propia ley del 1-0

La votación se celebró sin ninguna garantía

GERMAN GONZÁLEZ FERRAN BOIZA BARCELONA
La Generalitat cambió ayer, una hora antes de empezar la votación, las reglas de la misma: censo universal y población sin sobres impresos en casa. Una artimaña para tratar de regatear la actuación policial, pero que supuso dejar sin ninguna garantía el proceso y contravenir la propia Ley del Referéndum aprobada por el Parlament.

EDITORIAL
Ni un minuto que perder frente al independentismo

Sexo es Vida
¿Problemas de Erección?
¿Eyaculación Precoz?
> 902 907 687
WWW.BOSTON.ES
BOSTON MEDICAL GROUP

Los Mossos traicionan al Estado
Ocho jueces abren diligencias contra la policía catalana / La intervención de la Policía Nacional y la Guardia Civil en los colegios provoca cientos de heridos PÁGINA 1

Fonte: Europapress, 2017

Na capa do *El Mundo* encontramos a manchete do jornal: "Puigdemont proclamará a independencia 'em dias'", em letras menores logo abaixo a redação enfatiza: "O fracasso do referendo ilegal leva a uma rebelião aberta por parte dos separatistas nas acusações policiais para solicitar o apoio da União Europeia à separação unilateral". Ao lado deste título uma chamada para ler o artigo "O presidente se esconde" de Daniel Sastre nas páginas 4 e 5. Mais abaixo seguem outros títulos com pequenos textos convidativos para o leitor ler a matéria completa dentro do jornal: "Rajoy oferece diálogo a todos os

partidos 'sem fechar portas'", "Sánchez reafirma seu apoio ao Estado de Direito e rejeita a oferta de Podemos para expulsar o presidente".

O presidente do governo divulgou ontem um fracasso na tentativa da Generalitat de realizar um referendo e anunciou sua decisão de invocar todas as forças parlamentares para iniciar uma 'reflexão sobre o futuro' a partir de hoje. Um diálogo assegurou, dentro da lei, mas 'sem fechar as portas' (*El Mundo*, 2 de outubro de 2017).

Seguem os títulos: "O governo viola até sua própria lei de 1-0", "A votação foi realizada sem qualquer garantia" e o pequeno texto:

A Generalitat alterou ontem, uma hora antes de iniciar a votação, as regras da mesma: censo universal e cédulas sem envelopes impressos em casa. Uma tentativa de tentar mexer com a ação da polícia, mas isso significava deixar sem garantia o processo e transgredir a Lei de Referendo aprovada pelo Parlamento (*El Mundo*, 2 de outubro de 2017).

No lado direito duas grandes fotografias do dia da consulta. Abaixo da primeira imagem a seguinte legenda: "As Unidades de Intervenção Policial (UIP) enfrentam cidadãos em um centro de votação em Barcelona", o crédito da imagem é atribuído a Biel Aliño. A outra legenda diz o seguinte: "Oriol Junqueras saúda a um 'mosso' na porta de seu colégio eleitoral, ontem, em Barcelona", o autor da foto é Antonio Moreno. Abaixo das imagens é possível ver ainda o título "Os Mossos traem o Estado", seguido dos pequenos subtítulos: "Oito juízes iniciam processos contra a polícia catalã/A intervenção da Polícia Nacional e da Guarda Civil nas escolas provoca centenas de feridos". Por fim, o editorial do jornal é: "Nem um minuto a perder com o independentismo".

Sobre o próprio referendo o jornal constrói o discurso de ilegalidade da consulta, permeado por violações legais em todo o processo e transgressões que comprometem a própria garantia do pleito, este é reduzido a uma rebelião separatista como forma de conseguir apoio internacional, a redação do jornal descredencia a consulta ao chamá-la de fracassada. Outro discurso construído é o de abertura ao diálogo por parte do governo do Estado com todos os partidos e o parlamento. De fato, demonstra-se que a Catalunya não será um país independente, mas há uma aparente intenção de refletir sobre a questão para possíveis concessões. Um terceiro discurso passível de apreensão é o da violência empreendida no dia da votação pelas Unidades de Intervenção Policial contra a população que tentava adentrar os colégios eleitorais para votar, violência esta justificada

pela ilegalidade do ato como se a polícia nacional estivesse cumprindo o seu papel para garantir o Estado de Direito. O que fica claro na acusação de que os Mossos – polícia catalã - traíram o Estado por não reprimirem os eleitores como a guarda civil. Ao analisar motins que geraram embates físicos entre grupos minoritários e autoridades, van Dijk (2005) elucida que os atos de violência são comumente embaçados e a responsabilização ou o excesso, silenciados.

As Unidades de Intervenção Policial, polícia nacional, guarda civil e Mossos d'Esquadra, também apresentam certo poder de enquadramento nas fotografias. Na primeira imagem, enquanto as entidades nacionais são colocadas como defensoras do Estado de Direito, a segunda foto mostra o político Oriol Junqueras, do Partido Esquerda Republicana da Catalunya, cumprimentando um membro da polícia catalã, o título seguinte que aborda a traição dos Mossos ao Estado, foi estrategicamente pensado para desqualificar não só a polícia catalã, mas também a atitude do parlamentar.

Ao falar do referendo, do governo catalão e de seus simpatizantes e seguidores, conceitos como "ilegal", "violação", "transgressão", "traição", "separatismo", "rebelião" e "fracasso" foram comumente utilizados. Por sua vez, o governo central esteve associado a termos como diálogo, "reflexão sobre o futuro" e "sem fechar portas". A retórica do jornal é de deslegitimar a figura e os objetivos dos primeiros, ao atribuir-lhes aspectos pejorativos e representar o segundo de forma positiva e razoável.

Os fatos selecionados para a capa do jornal diziam respeito só ao dia do pleito, estavam ancorados em figuras políticas, sem menção da população que quer a independência da Catalunya e da contextualização histórica das disputas pela emancipação da região, o que é característico dos discursos midiáticos fragmentados. A composição, como já foi demonstrada acima, buscava deslegitimar e classificar negativamente o referendo e todos os atores sociais que o apoiam.

LA VANGUARDIA

O *La Vanguardia* surgiu em 1881 com circulação nacional e edição em castelhano. A partir de maio de 2011, a versão catalã ganhou espaço nas edições impressas e digitais, o que causou grande euforia da população e dos políticos, graças à grande notoriedade que o jornal possui em Barcelona. A ideologia política do *La*

Vanguardia é liberal e de centro esquerda e recebe subsídios da *Generalitat*, o que faz com que o jornal seja defensor e militante da causa autonomista. Segue abaixo a capa do jornal *La Vanguardia* a ser analisada na Figura 4:

Figura 4 - Capa do Jornal *La Vanguardia*, do dia 2 de outubro de 2017



Fonte: Europapress, 2017

A principal manchete do jornal é "O Governo reprime o 1-O". Embaixo 4 subtítulos menores informam com o editorial no meio: "As investidas da polícia e da guarda civil causam 844 feridos, dois deles graves", "Os Mossos evitam o choque e se escondem atrás da ordem judicial recebida", "Rajoy: Fizemos o que tínhamos que fazer diante de um ataque ao Estado de direito", "ANC, Òmnium, sindicatos e empregadores convocam uma greve geral para amanhã". Segundo van Dijk (2005, p. 27), as "estruturas do discurso influenciam as representações mentais". Para os leitores dos jornais, os títulos carregam a informação mais importante da notícia, correspondendo, assim, ao ápice dos seus modelos mentais preferenciais.

O editorial diz: "Propostas para sair do drama". A principal foto da capa, em tamanho considerável bem ao centro, é exibida com a seguinte legenda: "Sem contemplações. A guarda civil luta com um homem em um colégio de Sant Julià de Ramis, onde devia votar Puigdemont", a indicação de leitura do texto é na seção Política, páginas 16 a 45. Logo abaixo, outro título grande: "Puigdemont declarará a DUI⁷ no Parlamento em alguns dias". Segue uma citação do presidente da Catalunya: "Catalunya tornou-se um estado independente", e o texto:

Carles Puigdemont, ontem à noite, enviou três mensagens sobre um dia em que, de acordo com fontes do Govern, 2,2 milhões de pessoas votaram (90% pelo sim). A primeira foi uma crítica da "brutalidade policial" e da "repressão enlouquecida" praticada contra os eleitores. O segundo, um apelo à UE para deixar de considerar o conflito catalão um "assunto interno" espanhol. E a terceira foi sua intenção de levar ao Parlamento os resultados da votação para decidir se deve declarar a independência (*La Vanguardia*, 2 de outubro de 2017).

As temáticas presentes na capa do *La Vanguardia* podem ser organizados em dois pontos: a violência e a vitória do Sim. A primeira delas é a denúncia da violência exacerbada cometida pela polícia nacional e pela guarda civil, presentes na fala acusatória de Puigdemont, na justificativa de Rajoy, na indicação do número de feridos nos conflitos, na fotografia principal que demonstra policiais fardados arrastando um homem pela rua, enquanto outros seguranças, em plano de fundo parecem ir contra a população e na perspectiva dos Mossos, que optaram por não aderir à violência. A segunda estratégia discursiva é mostrar a vitória do Sim e pedir apoio à população, com a convocação de greve geral, e ainda dos políticos no parlamento e da União Européia.

O vocabulário e estilo de escrita é bem incisivo ao acusar a intolerância do Estado à manifestação popular com graves e muitas ocorrências de violência, termos como: "reprime", "feridos", "graves", "sem contemplações", "luta", além das próprias palavras de Puigdemont: "brutalidade policial" e "repressão enlouquecida". Outras palavras fortes para legitimar o resultado do referendo: "Estado independente" e "DUI". Tal modo de escrita vai ao encontro da explicação de van Dijk (2005, p. 27): "a argumentação pode ser persuasiva por causa das opiniões sociais que estão 'escondidas' nas suas premissas implícitas e que são assim dadas como adquiridas entre os receptores". O periódico posicionou-se favorável à independência da Catalunya, o que também

⁷ Declaração Unilateral de Independência.

demonstrou o perfil politizado do jornal em sua proposta discursiva de buscar legitimidade para a causa autonomista junto à população, ao Estado e à União Européia.

Os jornais *El Mundo* e *La Vanguardia* ativeram-se a construir seus discursos com base na questão da violência física dos conflitos entre a polícia e a guarda nacional e a população que foi aos colégios eleitorais para votar. Castells (2017) alerta para o problema da violência judicializada pós dia 1º de outubro, pois a União não pode evitar a repressão policial o que pode prejudicar a imagem da Europa como modelo democrático por permitir posições autoritárias face à natureza política da questão. O fato é que independentemente de ser inconstitucional, existe um apelo social muito forte pela mudança no atual quadro político-administrativo da Espanha, o que exigiria um novo debate e concessões na Lei. O autor (2017) destaca a violência nas imagens de repressão policial, excessivamente midiáticas e chocantes para a opinião pública, o que motivou as lideranças europeias a solicitar o diálogo entre as partes em conflito.

No entanto, os sentidos ofertados em cada jornal foram opostos e corroboraram o posicionamento político voltado para a busca de ação da população e demais entidades. É possível inferir, ao observar cuidadosamente as imagens que, enquanto o *El Mundo* construiu um discurso de necessidade de ação policial pacífica para defender a democracia contra um referendo ilegal, o *La Vanguardia* condenou as duras investidas dos agentes contra a população que estava em seu direito de opinar democraticamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultados encontrados, no que tange aos principais discursos empregados pelos periódicos, no caso paraense, observamos que ambos *O Liberal* e *Diário do Pará* construíram discursos contrários à criação dos estados do Carajás e do Tapajós. Para rechaçar as propostas, os periódicos ancoraram-se em símbolos paraenses como a bandeira mobilizando a união dos votantes para a manutenção do atual panorama geográfico do Pará e das suas riquezas, ameaçadas pela disputa política de forasteiros interessados em obter vantagens pessoais. Antagônicos e imersos em motivações próprias, os jornais apropriaram-se da bandeira do Pará como símbolo do Estado inteiro, supostamente unido e que não deveria ser quebrado. Os jornais falaram para Belém. *O*

Liberal falou em nome do governador Simão Jatene e do PSDB, já o *Diário do Pará* evidenciou relações de poder de Jader Barbalho e do PMDB.

O *El Mundo* buscou enfraquecer e deslegitimar o pleito e seu resultado, declarando-o ilegal e inaceitável para o Estado de direito espanhol. *La Vanguardia* enfatizou a vitória nas urnas e solicitou a mobilização da população e apoio das comunidades internacionais para garantir que o resultado venha a ter efeitos concretos e não apenas simbólicos. O *El Mundo* direcionou seu discurso de maneira mais global para a região da capital espanhola, Madri, o *La Vanguardia* para a Catalunya.

A diferença de identidades construídas entre as regiões que desejam emancipar-se e aquelas que pretendem manter o *status quo* submetendo a gerência das riquezas econômicas e vantagens fiscais de tais regiões sobre sua tutela e negligenciando os anseios históricos da população dos territórios que busca autonomia e cuja vontade deveria ser vencida. Observamos ainda a crise de legitimidade dos governos instituídos não reconhecidos como representantes pelas regiões autonomistas.

THE JOURNAL'S SPEECHES ON THE PLEBISCITE IN PARÁ, IN 2011 AND THE REFERENDUM IN CATALUNYA, IN 2017

ABSTRACT: Pará was the pioneer to be awarded a plebiscite on new states. Catalunya has already experienced some referendums on its separation from Spanish territory to form an independent state. In this paper we understand how the speeches of the newspapers O Liberal and Diário do Pará were presented on the Plebiscite in Pará, in 2011, and of the periodicals El Mundo and La Vanguardia in relation to the Catalunya Independence Referendum, in 2017. We used the investigative model critical discourse analysis (ACD) referenced by van Dijk (2005) to observe the power relations inserted in the context of media discursive disputes. We found that the Paraense newspapers opposed the emergence of the states of Carajás and Tapajós. In turn, the newspapers El Mundo and La Vanguardia polarized the debate, defending antagonistic positions.

Keywords: Plebiscite in Pará; Referendum in Catalunya; Speeches.

REFERÊNCIAS

AQUINO, E. (2015). **Sim ou não?** O plebiscito no Pará em 2011, estratégias discursivas e sentidos nas campanhas televisivas. 164 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). (2015). Universidade Federal do Pará, Belém. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1fC0e0HfodvBRmMeBEvA0NYFsXD-yyUS8/view>>.

CASTELLS, M. (2017). **Intervención.** La Vanguardia. Disponível em: <<https://intervenci%C3%B3n.html>>.

CASTELLS, M. (2018). **Ruptura:** a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar.

CASTRO, A. (2014). **Crias do Abuso na Amazônia:** os (ab)usos discursivos da imprensa paraense na cobertura de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Universidade Federal do Pará, Belém. Disponível em <<https://drive.google.com/file/d/1CaLADKYtrU7eICVc8JGDw4HTG4vnQfc3/view>>.

CORREIO DO MINHO. (2017). **Catalunha: maioria esmagadora vota a favor da independência da região, mas participação diminui.** Disponível em: <https://correio%20do%20Minho%20%20Catalunha_%20Maioria%20esmagadora%20vota%20a%20favor%20da%20independência%20da%20região,%20mas%20participaçã%20diminui.html>.

DUTRA, M. (1999). **O Pará dividido:** discurso e construção do Estado do Tapajós. Belém: NAEA/UFGPA.

EUROPAPRESS (2017). Las portadas de los periódicos de hoy, lunes 2 de octubre de 2017. Disponível em: <<http://www.europapress.es/nacional/noticia-portadas-periodicos-hoy-lunes-octubre-2017-20171002012651.html>>.

GAUCHAZH MUNDO. (2017). **10 questões para entender o referendo da Catalunha.** Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2017/09/10-questoes-para-entender-o-referendo-da-Catalunha-cj86i2szz008q01mrxy0vywtz.html>>.

GONZÁLEZ, J.; AÑEZ, M. (2017). Ascensão e queda do novo 'Oásis Catalão' (1980-2010): uma perspectiva institucional da organização política da Catalunha. **Revista Psicologia Política**, v. 11 n. 21, p. 45-58. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000100005&lng=pt&tlng=pt>.

LOPES, B. (2017). Catalunha: insurreição sem legitimidade. *Negócios*, p. 32.

PENA, R. (2017). **Movimentos separatistas da Espanha:** bascos e catalães. *Brasil Escola*. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/movimentos->

separatistas-espanha-bascos-catalaes.htm>.

PETIT, P. (2003). **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu.

SOUZA, C. (2014). **A secessão nortista: aspectos socioeconômicos da redivisão territorial no Estado do Pará**. Disponível em: <http://www.bancoamazonia.com.br/bancoamazonia2/Revista/edicao_09/C&D_N_9_Secessao_Nortista.pdf>.

TRIBUNAL SUPEIOR ELEITORAL. (2013). Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos>>.

VAN DIJK, T. (2005). **Discurso, notícia e ideologia: estudos na análise crítica do discurso**. Porto: Campo das Letras.

WOOD, Ch; SCHMINK, Marianne. (2012). **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: EDUFPA.